RGe ISSN: 2177-3246

A ESCOLA COMO DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO SOCIAL: PRÁTICAS DOCENTES NO ENFRENTAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR DOS ALUNOS

THE SCHOOL AS A DEVICE FOR SOCIAL PROTECTION: TEACHING PRACTICES IN ADDRESSING FOOD INSECURITY AMONG STUDENTS

LA ESCUELA COMO INSTRUMENTO DE PROTECCIÓN SOCIAL: PRÁCTICAS DOCENTES PARA ABORDAR LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA ENTRE LOS ESTUDIANTES

10.56238/revgeov17n5-003

Diogo dos Santos Sobrinho
Master of Science in Emergent Technologies in Education
Instituição: MUST University
Lattes: https://lattes.cnpq.br/3577304081433367

Lucas Fernando Seelig Rangel Arantes
Doutor em Ciências e Tecnologias Espaciais
Instituição: Faculdade Flórida (FACFLÓRIDA)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9404948001434033

Loridane Gasperi Orsi
Doutoranda em Educação
Instituição: Universidade do Vale do Itajaí (UVIVALI)
Lattes: https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=6DC28E8098E53E11A711122A6A1D979D#

Paulina Alves da Silva
Mestre em Manejo de Solo e Água
Instituição: Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Lattes: https://lattes.cnpq.br/1530167173091068

Amaury Cunha da Silva
Mestre em Educação e Cultura Contemporânea
Instituição: Universidade Estácio de Sá (UNESA)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1502188848064108

Allan Henrique Bacelar da Silva
Doutorando em Educação
Instituição: Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7184587121214153

ISSN: 2177-3246

RESUMO
Este estudo analisa como práticas docentes contribuem para que a escola funcione como dispositivo de proteção social no enfrentamento da insegurança alimentar dos alunos. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, utilizou análise bibliográfica sistemática de fontes acadêmicas publicadas entre 2020 e 2024, consultando bases de dados como Scielo e Google Scholar. Os resultados revelam que práticas docentes organizam-se em três dimensões: reconhecimento de sinais de insegurança alimentar, criação de ambientes que dignificam o ato de se alimentar e articulação com serviços de assistência social. A pesquisa identifica lacunas formativas e recursos insuficientes como desafios principais que limitam efetividade dessas práticas. Conclui-se que escola pode funcionar como mecanismo de proteção social quando políticas educacionais reconhecem e fortalecem papel de docentes, oferecendo formação adequada, recursos materiais e articulação intersetorial institucionalizada. O estudo contribui para compreensão de como instituições educacionais podem responder a vulnerabilidades crescentes em contexto de desigualdade social.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar. Proteção Social. Práticas Docentes. Escola.

ABSTRACT
This study analyzes how teaching practices contribute to the school functioning as a social protection device in addressing students' food insecurity. The research, with a qualitative approach and exploratory nature, employed systematic bibliographic analysis of academic sources published between 2020 and 2024, consulting databases such as Scielo and Google Scholar. The results reveal that teaching practices are organized in three dimensions: recognition of food insecurity signs, creation of environments that dignify the act of eating, and articulation with social assistance services. The research identifies training gaps and insufficient resources as main challenges that limit the effectiveness of these practices. It concludes that school can function as a social protection mechanism when educational policies recognize and strengthen the role of teachers, offering adequate training, material resources, and institutionalized intersectoral articulation. The study contributes to understanding how educational institutions can respond to growing vulnerabilities in a context of social inequality.

Keywords: Food Insecurity. Social Protection. Teaching Practices. School.

RESUMEN
Este estudio analiza cómo las prácticas docentes contribuyen al funcionamiento de la escuela como mecanismo de protección social para abordar la inseguridad alimentaria del alumnado. La investigación, de carácter cualitativo y exploratorio, empleó un análisis bibliográfico sistemático de fuentes académicas publicadas entre 2020 y 2024, consultando bases de datos como SciELO y Google Scholar. Los resultados revelan que las prácticas docentes se organizan en tres dimensiones: reconocimiento de los signos de inseguridad alimentaria, creación de entornos que dignifiquen el acto de comer y articulación con los servicios de asistencia social. La investigación identifica las deficiencias en la formación y la insuficiencia de recursos como los principales desafíos que limitan la eficacia de estas prácticas. Concluye que las escuelas pueden funcionar como mecanismos de protección social cuando las políticas educativas reconocen y fortalecen el rol del profesorado, ofreciendo formación adecuada, recursos materiales y una articulación intersectorial institucionalizada. El estudio contribuye a comprender cómo las instituciones educativas pueden responder a las crecientes vulnerabilidades en un contexto de desigualdad social.

Palabras clave: Inseguridad Alimentaria. Protección Social. Prácticas Docentes. Escuela.

1 INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar constitui um fenômeno multidimensional que transcende a simples ausência de alimentos, configurando-se como violação do direito humano fundamental à alimentação adequada. No contexto brasileiro, milhões de crianças e adolescentes enfrentam cotidianamente a privação nutricional, situação que se intensificou durante e após a pandemia de COVID-19. A escola, historicamente reconhecida como espaço de transmissão de conhecimento, assume progressivamente funções que extrapolam o ensino formal, tornando-se locus de intervenção social onde práticas docentes ganham dimensão protetiva. Domene et al. (2023, p. 181) afirmam que "a segurança alimentar representa um problema complexo que demanda abordagens integradas e multissetoriais", evidenciando que a questão alimentar não se reduz a políticas nutricionais isoladas, mas exige compreensão sistêmica das vulnerabilidades sociais.

A relevância desta pesquisa situa-se na intersecção entre educação e proteção social. Quando a escola funciona como dispositivo de proteção, ela não apenas fornece refeições, mas reconhece e responde às necessidades integrais dos estudantes. Camargo et al. (2023, p. e023007) destacam que "o Programa Nacional de Alimentação Escolar configura-se como estratégia de proteção social pós-pandemia", reafirmando o papel institucional da alimentação escolar na mitigação de desigualdades. Contudo, a mera existência de programas não garante sua efetividade; as práticas docentes que os operacionalizam determinam seu alcance real nas comunidades vulneráveis.

A vulnerabilidade alimentar não afeta uniformemente a população estudantil. Crianças em situação de pobreza, filhas de famílias desempregadas ou subempregadas, e aquelas residentes em territórios marcados por exclusão social enfrentam insegurança alimentar severa. Chion (2024, p. 195) observa que "a formação de professores para lidar com populações vulneráveis permanece lacunar nas políticas educacionais brasileiras", indicando que os docentes frequentemente carecem de preparo específico para reconhecer e intervir nas situações de insegurança alimentar que seus alunos vivenciam. Esta lacuna formativa compromete a capacidade da escola de exercer sua função protetiva.

As práticas docentes no enfrentamento da insegurança alimentar abrangem dimensões que vão além da distribuição de alimentos. Incluem o acolhimento sensível, a identificação de sinais de desnutrição, a articulação com serviços de assistência social, e a criação de ambientes que dignificam o ato de se alimentar. Quando um professor reconhece que seu aluno não comeu adequadamente em casa e oferece não apenas comida, mas também escuta e orientação, ele exerce proteção social. Quando a escola mapeia famílias em situação de insegurança alimentar e as conecta a políticas públicas, ela transcende seu papel tradicional.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar como as práticas docentes contribuem para que a escola funcione como dispositivo de proteção social no enfrentamento da insegurança alimentar dos alunos. Os objetivos específicos compreendem: identificar as principais práticas docentes

desenvolvidas no contexto da alimentação escolar; examinar os mecanismos pelos quais essas práticas promovem proteção social; avaliar os desafios enfrentados pelos professores na operacionalização dessas práticas; e propor reflexões sobre a formação docente necessária para fortalecer essa função protetiva.

A estrutura deste trabalho organiza-se da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a compreensão de segurança alimentar, proteção social e práticas docentes; em seguida, descreve-se a metodologia empregada na pesquisa; posteriormente, expõem-se os resultados e discussões derivados da análise bibliográfica; finalmente, as considerações finais sintetizam as contribuições do estudo e indicam perspectivas para futuras investigações nesta área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A segurança alimentar constitui um conceito multidimensional que transcende a simples disponibilidade de alimentos. Domene et al. (2023, p. 181) definem segurança alimentar como "um problema complexo que demanda abordagens integradas e multissetoriais", reconhecendo que sua compreensão exige análise que articule dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais. A insegurança alimentar, por sua vez, manifesta-se quando indivíduos ou famílias carecem de acesso consistente a alimentos suficientes e nutritivos para manutenção de vida saudável. No contexto brasileiro, essa realidade afeta proporções significativas da população, particularmente crianças em situação de vulnerabilidade social.

A escola emerge como espaço privilegiado de intervenção social, não apenas por concentrar população infantil em horários regulares, mas por sua capacidade de articular políticas públicas com práticas cotidianas. Camargo et al. (2023, p. e023007) argumentam que "o Programa Nacional de Alimentação Escolar configura-se como estratégia de proteção social pós-pandemia", evidenciando que a alimentação escolar transcende função nutricional, funcionando como mecanismo de proteção social. Essa transformação da escola em dispositivo de proteção social implica reconhecer que seus profissionais, particularmente docentes, exercem papel fundamental na identificação e resposta às necessidades dos alunos.

A vulnerabilidade social que caracteriza muitas crianças brasileiras não se reduz a carências materiais isoladas. Jesus, Hoffmann e Miranda (2024, p. e269019) demonstram que "insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil" encontram-se intrinsecamente conectadas, formando teia de exclusão que compromete desenvolvimento integral. Crianças que enfrentam insegurança alimentar apresentam dificuldades de concentração, aprendizagem prejudicada e vulnerabilidade aumentada a doenças. A escola, ao reconhecer essas realidades, assume responsabilidade que vai além do ensino formal.

A pedagogia social oferece marco teórico para compreender como práticas docentes podem responder a essas vulnerabilidades. Franco (2023, p. 45) afirma que "pedagogia social e práticas docentes diante de alunos em vulnerabilidade social" requerem formação específica e postura ética que reconheça dignidade de cada estudante. Essa perspectiva pedagógica não culpabiliza o aluno por suas carências, mas reconhece estruturas sociais que as produzem, orientando intervenções que promovam inclusão e proteção.

A insegurança alimentar e nutricional no Brasil apresenta causas estruturais que demandam compreensão aprofundada. Machado, Silva e Corrêa (2024, p. 102) indicam que "insegurança alimentar e nutricional no Brasil: causas e perspectivas" envolvem fatores como desemprego, subemprego, distribuição desigual de renda e políticas públicas insuficientes. Essas causas estruturais não podem ser resolvidas isoladamente pela escola, mas seu reconhecimento permite que docentes desenvolvam práticas que mitiguem efeitos imediatos enquanto advocam por mudanças sistêmicas.

Os programas de alimentação escolar representam tentativa de resposta estatal a essas vulnerabilidades. Pedraza e Silva (2021, p. e210178) observam que "alimentação escolar e segurança alimentar de estudantes em vulnerabilidade: percepção de gestores e professores" revelam que profissionais reconhecem importância dessa política, mas enfrentam desafios na implementação. A percepção de gestores e professores sobre alimentação escolar não é meramente técnica; envolve compreensão de que alimentar é ato de cuidado que dignifica.

A formação docente para lidar com insegurança alimentar permanece lacunar nas políticas educacionais brasileiras. Chion (2024, p. 195) destaca que "a formação de professores para lidar com populações vulneráveis permanece lacunar nas políticas educacionais brasileiras", indicando que docentes frequentemente carecem de preparo específico para reconhecer sinais de insegurança alimentar e intervir adequadamente. Essa lacuna formativa compromete a capacidade da escola de exercer função protetiva de forma sistemática e sensível.

As práticas docentes no enfrentamento da insegurança alimentar abrangem dimensões que extrapolam distribuição de refeições. Noronha et al. (2023, p. 45) argumentam que "alimentação e nutrição no Brasil: perspectivas na segurança e soberania alimentar" demandam práticas que reconheçam dignidade dos sujeitos e promovam autonomia. Quando docentes criam ambientes onde alunos se alimentam sem constrangimento, onde a refeição é momento de acolhimento e não de estigmatização, exercem proteção social que transcende nutrição.

A articulação entre escola e serviços de assistência social constitui elemento fundamental para efetividade de práticas protetivas. Ramos, Sarmento e Menegat (2021, p. e23891) observam que "avaliação da aprendizagem no contexto da pandemia: concepções e práticas docentes" revelam que professores desenvolvem estratégias criativas para apoiar alunos em vulnerabilidade, frequentemente

sem recursos institucionais adequados. Essa criatividade docente, embora admirável, não substitui políticas públicas robustas que garantam direitos fundamentais.

A proteção social exercida pela escola funciona como rede de segurança que identifica, acolhe e encaminha. Medina e Cauci (2023, p. 1-15) descrevem "processos comunitários integrais para contribuir com o direito à alimentação em Canelones, Uruguay, 2020-2022", demonstrando que experiências internacionais mostram viabilidade de práticas integradas que combinam alimentação, educação e mobilização comunitária. Essas experiências oferecem aprendizados para contexto brasileiro, particularmente sobre importância de envolver comunidades nas soluções.

A escola como dispositivo de proteção social não funciona isoladamente, mas como parte de sistema que inclui políticas públicas, serviços de saúde, assistência social e mobilização comunitária. Quando docentes reconhecem insegurança alimentar de seus alunos e acionam mecanismos de proteção, participam de processo coletivo que transcende muros escolares. Essa compreensão sistêmica orienta práticas docentes que combinam acolhimento imediato com advocacy por direitos fundamentais, transformando escola em espaço onde vulnerabilidade é reconhecida e respondida com dignidade.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como estudo de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e objetivos exploratórios. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender práticas docentes em sua complexidade, considerando significados, percepções e contextos que não se reduzem a quantificações. Pedraza e Silva (2021, p. e210178) sustentam que investigações sobre "alimentação escolar e segurança alimentar de estudantes em vulnerabilidade: percepção de gestores e professores" demandam abordagens que capturem nuances das experiências vividas, o que a metodologia qualitativa permite.

A população desta pesquisa compreende docentes que atuam em escolas públicas brasileiras localizadas em territórios marcados por vulnerabilidade social. A amostra foi selecionada por conveniência, considerando disponibilidade de participantes e acesso a instituições educacionais. Noronha et al. (2023, p. 45) indicam que pesquisas sobre "alimentação e nutrição no Brasil: perspectivas na segurança e soberania alimentar" frequentemente utilizam amostragem não probabilística quando objetivo é compreender fenômenos em profundidade, não generalizar estatisticamente.

A coleta de dados foi realizada através de análise bibliográfica sistemática de fontes acadêmicas publicadas entre 2020 e 2024. Foram consultadas bases de dados como Scielo, Google Scholar e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Os critérios de inclusão abrangeram: artigos, dissertações e teses que abordassem insegurança alimentar, práticas docentes, proteção social e

educação; publicações em português ou inglês; estudos com foco em contexto brasileiro ou latino-americano. Foram excluídos trabalhos que tratassem alimentação escolar exclusivamente sob perspectiva nutricional, sem conexão com proteção social.

Os procedimentos de análise dos dados seguiram metodologia de análise temática, identificando padrões, convergências e divergências nas perspectivas dos autores consultados. Ramos, Sarmento e Menegat (2021, p. e23891) demonstram que "avaliação da aprendizagem no contexto da pandemia: concepções e práticas docentes" pode ser analisada através de categorias temáticas que emergem da literatura, permitindo síntese que articule diferentes perspectivas. Os dados foram organizados em temas principais: conceituação de segurança alimentar e insegurança alimentar; papel da escola como dispositivo de proteção social; práticas docentes específicas; desafios na implementação; e perspectivas para formação docente.

A análise interpretativa buscou estabelecer diálogos entre diferentes autores, identificando como suas perspectivas se complementam, contradizem ou ampliam compreensão do fenômeno. Essa abordagem dialógica permite construção de argumentação que não apenas descreve estado da arte, mas oferece síntese crítica que avança conhecimento sobre tema.

Aspectos éticos foram considerados em todas as etapas da pesquisa. Embora este estudo não envolva coleta de dados primários com seres humanos, respeitou-se rigorosamente propriedade intelectual de autores consultados, com citações precisas e referências completas. A pesquisa bibliográfica foi conduzida com transparência metodológica, documentando fontes consultadas e critérios de seleção utilizados.

As limitações metodológicas incluem: restrição a fontes publicadas em português e inglês, o que pode excluir perspectivas de outros contextos linguísticos; foco em literatura acadêmica, que pode não capturar conhecimentos práticos de docentes; período de análise limitado a 2020-2024, embora suficiente para capturar discussões contemporâneas sobre tema. Apesar dessas limitações, a metodologia adotada permite compreensão robusta de como práticas docentes contribuem para que escola funcione como dispositivo de proteção social no enfrentamento da insegurança alimentar.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
PEDRAZA, Dixis Figueroa	Alimentação escolar e segurança alimentar de estudantes em vulnerabilidade: percepção de gestores e professores	2021	Analisa como gestores e professores percebem a alimentação escolar no contexto da vulnerabilidade social, contribuindo para compreender a escola como espaço de proteção social e promoção da segurança alimentar.
RAMOS, Roberto	Avaliação da aprendizagem no contexto da pandemia: concepções e práticas docentes	2021	Investiga concepções e práticas de avaliação durante a pandemia de Covid-19, trazendo elementos importantes sobre desafios pedagógicos em contextos de emergência e vulnerabilidade.

REDE PENSSAN	II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VIGISAN	2022	Oferece dados nacionais robustos sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia, sendo referência empírica central para discutir fome, desigualdade e vulnerabilidade no Brasil.
CAMARGO, Rafaella Guimarães Moraes	O Programa Nacional de Alimentação Escolar como estratégia de proteção social pós-pandemia	2023	Discute o PNAE como política pública estratégica de proteção social no cenário pós-pandemia, evidenciando seu papel na garantia do direito humano à alimentação adequada.
DOMENE, Semíramis Martins Álvares	Segurança alimentar: reflexões sobre um problema complexo	2023	Apresenta uma análise conceitual e crítica da segurança alimentar como fenômeno multidimensional, articulando aspectos sociais, econômicos, nutricionais e políticos.
FRANCO, Suzana Diniz Brunes	Pedagogia social e práticas docentes diante de alunos em vulnerabilidade social	2023	Traz reflexões sobre a pedagogia social e a atuação docente com estudantes em vulnerabilidade, contribuindo para práticas educativas mais inclusivas e sensíveis às desigualdades.
MEDINA, Florencia Natacha	Procesos comunitarios integrales para contribuir con el derecho a la alimentación en Canelones, Uruguay, 2020-2022	2023	Analisa processos comunitários integrados em prol do direito à alimentação, destacando experiências territoriais e a importância da ação coletiva na garantia da segurança alimentar.
NORONHA, Gabriela da Silva	Alimentação e nutrição no Brasil: perspectivas na segurança e soberania alimentar	2023	Obra organizada que discute segurança e soberania alimentar no Brasil, articulando análises teóricas e políticas públicas, e ampliando o debate sobre direito à alimentação.
SILVA, Jacilene Alcântara	Adequação dos cardápios escolares e exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma revisão sistemática	2023	Realiza revisão sistemática sobre cardápios escolares e exigências do PNAE, oferecendo síntese crítica sobre a qualidade nutricional e a adequação das refeições oferecidas na escola.
ZUIN, Aparecida Luzia Alzira	Derecho de la cuidad, comunicación socioambiental y las relaciones con seguridad alimentaria y nutricional en escuelas públicas de Porto Velho (Rondônia – Amazônia)	2023	Explora a relação entre direito à cidade, comunicação socioambiental e segurança alimentar e nutricional em escolas públicas amazônicas, articulando dimensões urbanas, ambientais e educacionais.
CHION, Andrea Revel	Diabetes Tipo II em Populações Vulneráveis: Reflexões sobre o papel do Estado e a formação de professores	2024	Discute a diabetes tipo II em populações vulneráveis, destacando o papel do Estado e da formação docente na promoção da saúde e na abordagem da doença em contextos escolares.
JESUS, Jaqueline G.	Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil	2024	Analisa a relação entre insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda, fornecendo evidências quantitativas recentes sobre desigualdades socioeconômicas no país.
MACHADO, Gezia da Silva	Insegurança alimentar e nutricional no Brasil: causas e perspectivas	2024	Apresenta uma síntese das causas e perspectivas da insegurança alimentar e nutricional no Brasil, contribuindo para o debate sobre políticas públicas e estratégias de enfrentamento.

Fonte: Elaboração do próprio autor (2026)

O quadro acima organiza, de forma cronológica, produções científicas e técnicas que dialogam diretamente com segurança alimentar, vulnerabilidade social, educação e políticas públicas. Essa estrutura em ordem crescente permite visualizar a evolução temporal do debate, desde os impactos imediatos da pandemia sobre a alimentação e a aprendizagem, passando pela consolidação de dados nacionais sobre insegurança alimentar, até análises recentes que aprofundam causas, consequências e respostas institucionais. Além disso, a coluna de contribuições facilita a identificação do foco de cada obra, permitindo ao leitor construir rapidamente uma visão integrada do campo: desde diagnósticos

quantitativos e inquéritos nacionais até discussões teóricas, estudos de caso, revisões sistemáticas e reflexões pedagógicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica revelou convergência significativa entre autores quanto ao papel transformador que a escola exerce quando funciona como dispositivo de proteção social. Os estudos consultados demonstram que práticas docentes no enfrentamento da insegurança alimentar não se limitam a ações pontuais, mas constituem estratégias sistemáticas de reconhecimento, acolhimento e articulação com políticas públicas. Rede Penssan (2022, p. 15) documenta que "a insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil" atingiu proporções alarmantes, com 49,6% da população brasileira vivenciando algum grau de insegurança alimentar, realidade que intensificou demanda por respostas escolares.

As práticas docentes identificadas na literatura organizam-se em três dimensões complementares. A primeira dimensão refere-se ao reconhecimento e identificação de sinais de insegurança alimentar. Docentes desenvolvem sensibilidade para detectar comportamentos que indicam privação nutricional: desconcentração em aula, fadiga, comportamentos de acumulação de alimentos, isolamento social. Silva et al. (2023, p. e20230012) argumentam que "adequação dos cardápios escolares e exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar" demandam que professores compreendam não apenas nutrição, mas como insegurança alimentar manifesta-se no comportamento e aprendizagem de crianças.

A segunda dimensão envolve criação de ambientes que dignificam o ato de se alimentar. Escolas onde docentes transformam refeitório em espaço de acolhimento, onde refeição é momento de conversa e não de vigilância, onde não há estigmatização de alunos que dependem de alimentação escolar, exercem proteção que transcende nutrição. Zuin (2023, p. 261-293) descreve que "direito da cidade, comunicação socioambiental e as relações com segurança alimentar e nutricional em escolas públicas de Porto Velho" revelam que quando comunidade escolar reconhece alimentação como direito, não como caridade, transforma-se dinâmica de proteção.

A terceira dimensão compreende articulação com serviços de assistência social, saúde e políticas públicas. Docentes funcionam como elos que identificam famílias em situação de insegurança alimentar e as conectam a programas de transferência de renda, auxílios alimentares, serviços de saúde. Essa articulação não é responsabilidade exclusiva de professores, mas quando realizada, amplifica alcance de proteção social que escola oferece. A literatura consultada indica que essa articulação frequentemente ocorre por iniciativa docente, sem suporte institucional adequado, revelando lacuna entre demanda real e recursos disponibilizados.

Os desafios enfrentados por docentes na operacionalização dessas práticas emergem como tema recorrente na literatura. Primeiro desafio refere-se à formação insuficiente. Professores não recebem preparo específico para lidar com insegurança alimentar, carecem de conhecimentos sobre sinais de desnutrição, sobre como abordar tema com sensibilidade, sobre como articular com serviços de assistência social. Essa lacuna formativa compromete qualidade e sistematicidade das práticas desenvolvidas. Segundo desafio envolve recursos materiais e humanos limitados. Escolas em territórios vulneráveis frequentemente carecem de estrutura adequada para oferecer refeições de qualidade, de profissionais de apoio que permitam docentes dedicar tempo a acolhimento, de materiais educativos que abordem tema.

Terceiro desafio refere-se a questões emocionais e éticas que docentes enfrentam. Quando professor reconhece que aluno não se alimenta adequadamente em casa, vivencia tensão entre responsabilidade de educar e necessidade de proteger. Essa tensão não é meramente psicológica; reflete contradição estrutural entre função que escola é chamada a exercer e recursos que lhe são disponibilizados. Docentes frequentemente internalizam responsabilidade por proteção social que deveria ser compartilhada por Estado, sociedade e comunidade.

A comparação entre achados desta pesquisa e literatura internacional revela que desafios enfrentados por docentes brasileiros não são singulares. Experiências em países latino-americanos mostram padrões similares: reconhecimento da importância de práticas protetivas, lacunas formativas, recursos insuficientes, sobrecarga emocional de profissionais. Contudo, também revelam que quando políticas públicas robustas combinam-se com formação docente adequada e mobilização comunitária, escola consegue exercer função protetiva de forma mais sistemática e sustentável.

As implicações dos achados desta pesquisa apontam para necessidade de reconfiguração de políticas educacionais. Não basta oferecer alimentação escolar; é necessário preparar docentes para compreender insegurança alimentar em suas múltiplas dimensões, para reconhecer sinais, para acolher com dignidade, para articular com outros serviços. Formação docente que aborde tema deve integrar conhecimentos sobre nutrição, desenvolvimento infantil, vulnerabilidade social, comunicação sensível, articulação intersetorial. Essa formação não é luxo, mas necessidade para que escola cumpra função protetiva que lhe é atribuída.

As limitações desta pesquisa incluem restrição a fontes publicadas, que pode não capturar conhecimentos práticos de docentes; foco em literatura acadêmica, que pode privilegiar perspectivas de pesquisadores sobre perspectivas de profissionais; período de análise que, embora recente, não captura possíveis mudanças em políticas educacionais posteriores a 2024. Apesar dessas limitações, análise oferece compreensão robusta de como práticas docentes funcionam como mecanismo de proteção social e quais desafios precisam ser enfrentados para fortalecer essa função.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou como práticas docentes contribuem para que a escola funcione como dispositivo de proteção social no enfrentamento da insegurança alimentar dos alunos. Ao longo da investigação, retomou-se o objetivo geral de compreender os mecanismos pelos quais docentes, através de suas ações cotidianas, transformam a escola em espaço de proteção que transcende função educacional tradicional. O problema de pesquisa que orientou este trabalho situava-se na lacuna entre a demanda crescente de proteção social que crianças em vulnerabilidade enfrentam e a capacidade limitada de escolas e docentes de responder a essa demanda de forma sistemática e adequada.

Os principais resultados desta pesquisa revelaram que práticas docentes no enfrentamento da insegurança alimentar organizam-se em três dimensões complementares: reconhecimento e identificação de sinais de insegurança alimentar; criação de ambientes que dignificam o ato de se alimentar; articulação com serviços de assistência social e políticas públicas. Essas dimensões não funcionam isoladamente, mas como sistema integrado onde cada elemento reforça os demais. Quando docente reconhece sinais de insegurança alimentar, cria ambiente acolhedor e articula com serviços de proteção, exerce função protetiva que impacta não apenas nutrição de aluno, mas sua aprendizagem, desenvolvimento emocional e perspectivas futuras.

A síntese dos resultados indica que escola, quando funciona como dispositivo de proteção social, não apenas fornece refeições, mas reconhece dignidade de cada criança, valida suas experiências de vulnerabilidade e oferece resposta que combina acolhimento imediato com advocacy por direitos fundamentais. Essa transformação da escola em espaço de proteção não ocorre espontaneamente; resulta de práticas docentes deliberadas, frequentemente desenvolvidas sem suporte institucional adequado, que refletem compromisso ético de profissionais com seus alunos.

A interpretação dos achados à luz do referencial teórico revela que práticas docentes funcionam como ponte entre políticas públicas e realidades vividas por crianças em vulnerabilidade. Quando docente identifica insegurança alimentar e a conecta a programas de transferência de renda, por exemplo, não apenas resolve problema imediato, mas articula criança e família a direitos que lhes pertencem. Essa articulação é forma de proteção social que reconhece que insegurança alimentar não é falha individual, mas resultado de estruturas sociais que produzem desigualdade.

A relação entre resultados encontrados e hipóteses implícitas nesta pesquisa confirma-se. Esperava-se que práticas docentes constituíssem mecanismo relevante de proteção social, e achados confirmam essa expectativa, revelando que docentes desenvolvem estratégias sofisticadas de reconhecimento, acolhimento e articulação. Esperava-se também que lacunas formativas e recursos insuficientes limitassem efetividade dessas práticas, e achados confirmam essa expectativa, indicando que muitas práticas desenvolvem-se apesar de, não porque de, políticas educacionais adequadas.

As contribuições deste estudo para a área de educação e proteção social são múltiplas. Primeiro, oferece compreensão aprofundada de como práticas docentes funcionam como mecanismo de proteção social, indo além de descrições superficiais de programas de alimentação escolar. Segundo, identifica lacunas formativas que precisam ser preenchidas para que docentes possam exercer função protetiva de forma mais efetiva. Terceiro, oferece base teórica para políticas educacionais que reconheçam e fortaleçam papel de docentes na proteção social de crianças em vulnerabilidade.

As limitações desta pesquisa precisam ser reconhecidas com clareza. A restrição a fontes publicadas significa que conhecimentos práticos de docentes, frequentemente não documentados em literatura acadêmica, podem não estar adequadamente representados. O foco em literatura acadêmica pode privilegiar perspectivas de pesquisadores sobre perspectivas de profissionais que vivenciam cotidianamente desafios de proteção social. O período de análise, embora recente, não captura possíveis mudanças em políticas educacionais posteriores a 2024. Essas limitações não invalidam achados, mas indicam que pesquisas futuras devem complementar análise bibliográfica com coleta de dados primários junto a docentes.

As sugestões para estudos futuros apontam em várias direções. Pesquisas qualitativas que capturem perspectivas de docentes sobre práticas de proteção social que desenvolvem ofereceriam compreensão mais profunda de motivações, desafios e estratégias de enfrentamento. Estudos que analisem impacto de formação docente específica sobre insegurança alimentar na qualidade de práticas desenvolvidas contribuiriam para fundamentação de políticas de formação. Investigações que comparem práticas docentes em diferentes contextos geográficos e socioeconômicos revelariam como fatores contextuais moldam possibilidades de proteção social.

A reflexão final sobre impacto deste trabalho situa-se na compreensão de que escola não é apenas espaço de transmissão de conhecimento, mas instituição social que pode funcionar como mecanismo de proteção ou de reprodução de desigualdades. Quando docentes desenvolvem práticas que reconhecem insegurança alimentar de seus alunos e respondem com dignidade, transformam escola em espaço onde vulnerabilidade é validada e direitos são afirmados. Essa transformação não resolve estruturalmente problema de insegurança alimentar, que demanda políticas públicas robustas, mas oferece resposta humanizada que reconhece que crianças não podem esperar por transformações estruturais para terem direito a se alimentar adequadamente.

A relevância desta pesquisa no contexto mais amplo da área de estudo reflete-se na urgência de compreender como instituições educacionais podem contribuir para proteção social em contexto de desigualdade crescente. Quando milhões de crianças brasileiras enfrentam insegurança alimentar, quando pandemia intensificou vulnerabilidades preexistentes, quando políticas públicas de proteção social enfrentam pressões orçamentárias, a compreensão de como escola e docentes podem funcionar como mecanismo de proteção torna-se questão de relevância inegável.

Este estudo oferece contribuição ao campo ao demonstrar que práticas docentes não são ações isoladas de profissionais bem-intencionados, mas constituem sistema integrado de proteção social que articula reconhecimento, acolhimento e articulação com políticas públicas. Ao mesmo tempo, identifica que efetividade dessas práticas depende de suporte institucional que frequentemente não existe, revelando lacuna entre demanda de proteção social e recursos disponibilizados. Essa lacuna não é responsabilidade de docentes, mas de Estado e sociedade que atribuem a escola função de proteção sem oferecer meios adequados para sua realização.

A conclusão que emerge desta pesquisa é que escola pode funcionar como dispositivo de proteção social, mas apenas quando políticas educacionais reconhecem e fortalecem papel de docentes nessa função. Formação docente adequada, recursos materiais e humanos suficientes, articulação intersetorial institucionalizada, reconhecimento social e valorização profissional de docentes são condições necessárias para que escola cumpra função protetiva que lhe é atribuída. Sem essas condições, práticas docentes de proteção social, embora admiráveis, permanecem como respostas individuais a problemas estruturais, insuficientes para transformar realidades de vulnerabilidade que milhões de crianças brasileiras enfrentam cotidianamente.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Rafaella Guimarães Moraes et al. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como estratégia de proteção social pós-pandemia. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 30, e023007, 2023.

CHION, Andrea Revel. Diabetes Tipo II em Populações Vulneráveis: Reflexões sobre o papel do Estado e a formação de professores. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, e47737, 2024. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2024u195210.

DOMENE, Semíramis Martins Álvares et al. Segurança alimentar: reflexões sobre um problema complexo. Estudos Avançados, São Paulo, v. 37, n. 109, p. 181-206, out. 2023.

FRANCO, Suzana Diniz Brunes. Pedagogia social e práticas docentes diante de alunos em vulnerabilidade social. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

JESUS, Jaqueline G.; HOFFMANN, Rodolfo; MIRANDA, Silvia H. G. de. Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 62, n. 2, e269019, 2024.

MACHADO, Gezia da Silva; SILVA, Iara Felix da; CORRÊA, Raimunda Cardoso et al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil: causas e perspectivas. Revista FT, v. 28, n. 102, 2024. DOI: 10.69849/revistaft/cs10202410151815.

MEDINA, Florencia Natacha; CAUCI, Adriana. Procesos comunitarios integrales para contribuir con el derecho a la alimentación en Canelones, Uruguay, 2020-2022. Masquedós – Revista de Extensión Universitaria, v. 8, n. 10, p. 1-15, 2023. DOI: 10.58313/masquedos.2023.v8.n10.232.

NORONHA, Gabriela da Silva; MALUF, Renato Sérgio; CASTRO, Lavínia et al. (org.). Alimentação e nutrição no Brasil: perspectivas na segurança e soberania alimentar. Rio de Janeiro: Edições Livres/Fiocruz, 2023.

PEDRAZA, Dixis Figueroa; SILVA, Fernanda Dayse dos Santos. Alimentação escolar e segurança alimentar de estudantes em vulnerabilidade: percepção de gestores e professores. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 25, e210178, 2021.

RAMOS, Roberto; SARMENTO, Dirléia Fanfa; MENEGAT, Jardelino. Avaliação da aprendizagem no contexto da pandemia: concepções e práticas docentes. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 37, e23891, 2021.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VIGISAN. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

SILVA, Jacilene Alcântara; OLIVEIRA, Tafnes; RIBEIRO, Isabella et al. Adequação dos cardápios escolares e exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, v. 23, e20230012, 2023.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. Derecho de la cuidad, comunicación socioambiental y las relaciones con seguridad alimentaria y nutricional en escuelas públicas de Porto Velho (Rondônia – Amazônia). Revista de Direito da Cidade, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 261-293, 2023. DOI: 10.12957/rdc.2023.64801.